

Anais

**4º Fórum Prisão, Universidade e Comunidade
e
2º Fórum Regional de Conselhos da Comunidade
da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul**



Anais

4º Fórum Prisão, Universidade e Comunidade
e

**2º Fórum Regional de Conselhos da Comunidade
da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul**

19 e 20 de outubro de 2023

Realização

No âmbito da Universidade Católica de Pelotas - UCPel:

GITEP – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários

Curso de Graduação em Direito

Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Linha de Pesquisa: Direitos Humanos, Segurança e Acesso à Justiça

No âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS)

Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe)

Escola do Serviço Penitenciário (ESP)

5ª Delegacia Penitenciária Regional (5ª DPR)

Apoios

Federação dos Conselhos de Comunidade da Área Penitenciária do Rio Grande do Sul

Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Pelotas

Coordenação Geral

Luiz Antônio Bogo Chies (UCPel / GITEP)

Iarani Lauxen (Susepe / DTP)

Aline Nunes Trindade (Susepe / ESP)

Suleima Gomes Bredow (Susepe / 5ª DPR)

Comissão de Apoio Executivo:

Alânis Goularte da Fonseca

Eduarda Ross da Cruz

Gabriel Pavanelo Bidinoto

Franciele Costa da Silva

Nathalia Sampaio

Produção editorial do Anais:

Luiz Antônio Bogo Chies

ISBN - 978-65-00-86362-8

Sumário

- 4 Os eventos**
- 5 Programação**
- 6 Resumos dos trabalhos da Mostra de Boas Práticas no âmbito da Susepe**
- 53 Índice de Resumos**
- 55 Índice de Autoras e Autores de Resumos**

Os eventos

Em sua quarta edição, o Fórum Prisão, Universidade e Comunidade, e o Fórum Regional de Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, em sua segunda edição, foram realizados no âmbito das ações do Acordo de Cooperação Interinstitucional entre a Secretaria dos Sistemas Penal Socioeducativo (SSPS), com a interveniência da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), da Escola do Serviço Penitenciário (ESP) e da 5ª Delegacia Penitenciária Regional (5ª DPR), com a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), esta através do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP).

Caracterizam-se como eventos que têm como principal objetivo favorecer, fortalecer e qualificar as Políticas Penais e os Serviços Penais através da articulação em rede de entes e atores do Estado e da Sociedade Civil.

Nesse sentido, incluíram em suas programações, além de palestras referentes a temas atuais e relevantes para a atuação dos órgãos da execução penal - em especial os Conselhos da Comunidade - e das Instituições de Ensino Superior (IES), painéis que se orientaram pela visibilização de ações já em curso nos ambientes prisionais, ou em relação com esses, além de fomentar a mobilização em Rede das IES presentes, favorecendo a potencialização de suas ações e demandas.

Programação:

Dia 19 de outubro de 2023 – quinta-feira

8h30min – Credenciamento/recepção

9h30min – Mesa de abertura

Magnífico Reitor da Universidade Católica de Pelotas, Dr. José Carlos Pereira Bachettini Junior

Chefe de Divisão do Departamento de Políticas Penais, Letícia Coimbra, representando o Secretário de Sistemas Penal e Socioeducativo, Luiz Henrique Viana

Superintendente Ajunta, Deisy Vergara Petrucci, representando o Superintendente dos Serviços Penitenciários, Mateus Schwartz

Delegado da 5ª Região Penitenciária - Polícia Penal, Thalisson Crizel Coll

10h – Palestra 1: A participação da comunidade na execução penal: a Resolução Nº 488 do CNJ

Palestrante: Nilton Ribeiro de Caldas, Presidente do Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul; Presidente da Federação dos Conselhos de Comunidade da Área Penitenciária do Rio Grande do Sul

Coordenadora/Mediadora: Jíulia Estela Heling

11h – Palestra 2: O panorama revelado pelo Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional

Palestrante: Christiane Russomano Freire; Professora da Universidade Católica de Pelotas; Coordenadora do Censo Nacional de Práticas de Leitura no Sistema Prisional

Coordenadora/Mediadora: Gabriela Monteiro

14h30min – Painel 1: Experiências de projetos de remição por leitura

Camila Silva da Costa - Asas à Leitura - Instituto Penal de Monitoração Eletrônica da 5ª Região Penitenciária

Luciane Figueiredo Centeno - Lendo para a Liberdade - Presídio Estadual de Camaquã

Mariela de Borba - Palavras que Libertam - Presídio Estadual de Venâncio Aires

Coordenadora/Mediadora: Jamila Carolina da Silva dos Santos

19h30min – Palestra 3: Ecossistema de Inovação - estratégias múltiplas de captação de recursos

Palestrante: Matheus Carvalho; Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS); Doutorando em Mudança Social e Participação Política (USP); Servidor Penitenciário / RS.

Coordenador/Mediador: Luiz Antônio Bogo Chies

19h – Painel 2: Mobilização e fomento aos Conselhos da Comunidade da 5ª Região Penitenciária

Painelistas:

Julia Estela Heling - Conselho da Comunidade da Comarca de Pelotas

José Luis Garcia Barella - Conselho da Comunidade da Comarca de Canguçu

Amanda de Lima e Silva - Conselho da Comunidade de São Lourenço do Sul

Coordenador/Mediador: Luiz Antônio Bogo Chies

Dia 20 de outubro de 2023 – sexta-feira

9h30min – Painel 3: Universidades e suas atuações nas prisões

Painelistas:

Ana Cláudia Ferreira Godinho (UFRGS)

Bruno Rotta Almeida (UFPel)

Christiane Russomano Freire (UCPel)

Lia Gonçalves Possuelo (UNISC)

Líndara Silva (UPF)

Simone Santos Souza (UFPel)

Vinicius Francisco Toazza (UPF)

Coordenadora/Mediadora: Catlen Padilha

14h30min – Painel 4: Apresentação de boas práticas no âmbito de ações da Susepe

Carla Priscilla Castro Sousa - PROJETO APROXIMAR: FORTALECENDO VÍNCULOS ENTRE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE E FILHOS INSTITUCIONALIZADOS)

Gabriel Marcelo Moresco - INFORMATIVO “NOTÍCIAS LÁ DA RUA”

Mônica Marluzi Pereira de Cunha - SAÚDE MENTAL E PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

Iana Patrícia Pandolfo - JORNADAS DO PRESO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO

Fernanda da Silva Spíndola - ENSINO PROFISSIONAL NO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA FEMININA

Isadora Klejner Lartigau - CENTRO DE CUSTÓDIA HOSPITAL VILA NOVA: RELATO DE CASO DAS NOVAS ADEQUAÇÕES PARA ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO

Letícia Pacheco Ianzer - COSTURARIA DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE RIO GRANDE

Maura de Mattos Moisinho – EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: UM UNIVERSO DE POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL / ARTLIBERTAMENTE

Coordenadora/Mediadora: Suleima Gomes Bredow

Durante toda a programação:

Feira de Arte do Instituto Psiquiátrico Forense: Exposição ArtLibertamente

Mostra de Boas Práticas no âmbito da Susepe/RS - Banners

Resumos dos trabalhos da Mostra de Boas Práticas no âmbito da Susepe

Listagem dos trabalhos apresentados, por eixo temático:

Ações para especificidades de Gênero e outros grupos específicos

DE MULHER PARA MULHER: MODELO ARQUITETÔNICO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO A PARTIR DA REALIDADE DA 2ª REGIÃO PENITENCIÁRIA (Mariana Silva de Freitas)

PROJETO APROXIMAR: FORTALECENDO VÍNCULOS ENTRE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE E FILHOS INSTITUCIONALIZADOS (Carla Priscilla Castro Sousa; Dulciana Caroline Araújo; Roger Lopes da Veiga)

Alternativas penais

CAPACITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE (Alessandra Bernardi da Silva; Mônica Marluzi Pereira de Cunha)

CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO (Iana Patrícia Pandolfo; Karine Müller Dutra; Shirlei Sztormowski)

INFORMATIVO "NOTÍCIAS LÁ DA RUA" (Gabriel Marcelo Moresco)

SAÚDE MENTAL E PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO (Mônica Marluzi Pereira de Cunha; Alessandra Bernardi da Silva)

Assistência jurídica

EFETIVIDADE DO HABEAS CORPUS COLETIVO N.º 143.641/SP NA PENITENCIÁRIA DE RIO GRANDE (Francine Nunes Müller; Beatriz Reis Gaspar)

Assistência religiosa

JORNADAS DO PRESO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO (Iana Patrícia Pandolfo)

Educação e práticas remissivas de pena

A EDUCAÇÃO PRISIONAL: SOB AS LENTES DO CONHECIMENTO, IDENTIDADE E CULTURA DA MULHER RECLUSA (Juniélen Costa Veleda Gomes; Janice Quinzen Willrich; Rochele da Silva Santaiana)

ASAS À LEITURA: A LEITURA COMO FORMA DE CONHECIMENTO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (Camila Silva da Costa; Amanda Fonseca de Albuquerque; Letícia Pinho de Freitas; Mareli Schwanck Schardosin; Raquel Maia Borges; Cleidson Teixeira Vinhas)

CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ, COM PRIVADOS DE LIBERDADE. PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (Luciane Figueiredo Centeno)

ENSINO PROFISSIONAL NO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA FEMININA (Fernanda da Silva Spindola; Itamar Luís Hammes)

LEITORES APRISIONADOS: ENTRE A PRIVAÇÃO DO CORPO E A LIBERTAÇÃO DA ALMA (Lilian Signorini Lafuente)

LENDO PARA A LIBERDADE. A REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS (Luciane Figueiredo Centeno; Lilian Signorini Lafuente; Cleusa Maria de Farias Rodrigues; Suzana Miranda de Alencastro; Hingrid da Silva Peres; Magnalda da Silva Maia; Kenian Idamires Dietrich Trindade)

NEEJA – RENASCER (Clayton Beckenkamp; Vagner Goettens; Chaiana Luciana Mario; Matheus de Moraes Carvalho; Rejane Lazzarotto; Tavani Mariano Barcarolo; Solange Bazzan Fuzinato; Fernanda Steinbrenner; Tamyris Pereira de Campos)

PROJETO ENTRELINHAS: INCLUINDO MULHERES NÃO ALFABETIZADAS NA REMIÇÃO PELA LEITURA (Roscielen Moreira de Moraes; Carla Priscilla Castro Sousa; Dulciana Caroline Araújo; Roger Lopes da Veiga)

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS COLETIVAS DE LEITURA NO INSTITUTO PENAL DE MONTENEGRO (Jerônimo Martins da Silveira; Asta Conceição da Oliveira Motta; Clarice Angélica Machado)

Saúde prisional

A VIDA DO PSICANALISTA NÃO É COR DE ROSA: ESTUDOS DE CASOS CLÍNICOS DE ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS NO SISTEMA PRISIONAL (Silvana Aparecida Desordi)

CENTRO DE CUSTÓDIA HOSPITAL VILA NOVA: RELATO DE CASO DAS NOVAS ADEQUAÇÕES PARA ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO (Isadora Klejner Lartigau; Paula Carvalho Gonçalves; Rita Graciele Leonardi; Patricia Picolotto Rodrigues; Fernanda da Silva Spindola)

Trabalho prisional

COSTURARIA DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE RIO GRANDE (Letícia Pacheco Ianzer; Francine Nunes Müller; Sheila Dias; Daniela Scheunemann Brito; Fábio Könzgen Mello da Silva; Michele da Rosa Alves; Sandra Ferreira; Beatriz Reis Gaspar)

O TRABALHO PRISIONAL COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA (Matheus de Moraes Carvalho; João Paulo Gelain Cichelero; Janaína Fortuna; Lenir Terezinha Melara Nunes; Gustavo da Silva Palm)

PEERE ARTE PELA LIBERDADE - ECOBAGS CONFECCIONADAS EM LONA VINÍLICA (Chaiana Luciana Mario; Clayton Beckenkamp; Matheus de Moraes Carvalho; Rejane Lazzarotto; Tavani Mariano Barcarolo; Solange Bazzan Fuzinato; Fernanda Steinbrenner; Tamyris Pereira de Campos; Vagner Goettens)

PROJETO ABRIGO AMIGO (Fernanda Steinbrenner; Carlos Henrique Santana Miorando; Clayton Beckenkamp; Tamyris Pereira de Campos; Ramon Antônio Gnoatto; Tiago Alan Cunha Nardino; Matheus de Moraes Carvalho; Henrique Murillo Teixeira; Matheus Nascimento Dias Coffy)

DE MULHER PARA MULHER: MODELO ARQUITETÔNICO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO A PARTIR DA REALIDADE DA 2ª REGIÃO PENITENCIÁRIA

Mariana Silva de Freitas¹

O presente trabalho tem como propósito desenvolver um projeto arquitetônico de Penitenciária Feminina com capacidade de até 150 vagas, para mulheres privadas de liberdade da 2ª Região Penitenciária da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), atendendo a legislação pertinente, as diretrizes da arquitetura prisional e as particularidades do gênero. Para que se atinja o objetivo, será necessário analisar o perfil socioeconômico e criminal das presas do Estado, através dos dados encontrados no Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN), com intuito de identificar a periculosidade e as principais dificuldades vivenciadas no cumprimento da pena. Em análise inicial, observa-se que o número de mulheres privadas de liberdade no país vem aumentando e que o grupo encarcerado é composto, especialmente, por mulheres brancas, pobres, com idade entre 25 e 40 anos, mães, condenadas, em sua maioria por tráfico de drogas, a penas de 4 a 15 anos de prisão. Referente às questões estruturais, os estabelecimentos prisionais não demonstram ter condições para atender a demanda do gênero feminino. A maioria das casas prisionais tem caráter misto e foram adaptadas de forma simplória para cumprir políticas penitenciárias de governo sem planejamento. Logo, para que seja apresentada uma proposta de melhoria para o sistema prisional feminino, primeiramente será necessário entender o contexto histórico do encarceramento de mulheres no Brasil, desde a punição através de castigos em conventos, até os dias atuais, com a implementação de legislação específica. Além disso, para a elaboração prática do modelo arquitetônico, será indispensável expor as diretrizes da arquitetura penal, para que seja possível alinhar as ideias de forma que atenda às necessidades do gênero, do Estado e das legislações em vigor.

¹ Policial Penal; Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 2ª Região Penitenciária; mariana-freitas@susepe.rs.gov.br

PROJETO APROXIMAR: FORTALECENDO VÍNCULOS ENTRE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE E FILHOS INSTITUCIONALIZADOS

Carla Priscilla Castro Sousa¹
Dulciana Caroline Araújo¹
Roger Lopes da Veiga³

Diante de um contexto construído por homens e para homens, cada vez mais discute-se as especificidades de gênero durante a privação de liberdade. Atualmente há cerca de 2.413 mulheres custodiadas pela SUSEPE, número este que se modifica constantemente, visto que os estudos estatísticos demonstram o crescimento desenfreado da população prisional feminina, principalmente relacionados à participação no tráfico de entorpecentes. Percebe-se ainda que as mulheres privadas de liberdade são penalizadas duplamente – pela justiça e pela sociedade. Vivenciam, assim, o abandono por parte de familiares e a dificuldade de manter o contato com os filhos. Há ainda aquelas que perdem, temporariamente, o poder familiar, tendo seus filhos encaminhados a instituições de acolhimento. Em outros casos, os filhos estão cumprindo medida socioeducativa e vivenciam o distanciamento de suas genitoras de forma compulsória. Nesse sentido, a legislação assegura o direito a visitas periódicas, possibilitando que as crianças e os adolescentes convivam com os pais. Conforme norma interna vigente, é prevista a realização de visitas assistidas a partir da análise da necessidade e conveniência. Diante desse contexto, formulou-se o projeto “Aproximar”, que visa realizar televisitas e visitas assistidas entre as custodiadas da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba e os filhos institucionalizados. O projeto tem o intuito de ampliar a noção de tratamento penal para além dos muros prisionais, a partir do fortalecimento de vínculos familiares, favorecendo a reconstrução e reconhecimento de suas individualidades e reforçando o objetivo de reinserção social. Assim, são realizados encontros presenciais mensais, bem como televisitas e encaminhamento de cartas, com o acompanhamento do setor técnico (Técnicas Superiores Penitenciárias - Assistente Social e Psicóloga). Até o momento foram seis custodiadas participantes, tendo sido possível perceber uma melhora no quadro de saúde mental das mulheres assistidas, principalmente relacionado ao comportamento na instituição, engajando-se mais em atividades de educação e trabalho prisional. Além disso, foram feitas aproximações com as equipes técnicas das instituições de acolhimento, visando facilitar futuramente a retomada da guarda dos filhos. Enten-

¹ Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba; carlasousa@susepe.rs.gov.br

² Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba; dulcianaaraujo@susepe.rs.gov.br

³ Estagiário em Psicologia – Universidade La Salle.

dese, portanto, que a participação da família ao longo do processo de prisionização ameniza o sofrimento mental, a partir da manutenção dos laços externos que auxiliam na socialização das pessoas privadas de liberdade. Para as mulheres, em grande parte principais provedoras da família, essa aproximação representa um peso maior, impedindo o afastamento emocional de seus filhos.

CAPACITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE

Alessandra Bernardi da Silva¹
Mônica Marluzi Pereira de Cunha²

O presente trabalho tem como objetivo apontar sobre a importância de desenvolver ciclos de capacitação às instituições que acolhem pessoas em cumprimento de prestação de serviço à comunidade, para o fortalecimento e efetivação da Política Nacional de Alternativas Penais. Considerando que a execução penal - na prática - não se trata de “processo linear”, mas sim, de um processo que envolve múltiplos atravessamentos que compõem a dinâmica de vida da maioria dos sujeitos em situação de alternativa penal, os quais, sem a devida condução, intervenção e manejo pelos diferentes atores envolvidos na execução penal, poderão implicar na não adesão do sujeito ao cumprimento da alternativa penal, e, conseqüentemente, à possível reversão da pena restritiva de direito em pena privativa de liberdade. Neste contexto, a proposta de promover ciclos de capacitação, surgiu frente as diversas observações da equipe técnica da Central Integrada de Alternativas Penais da Comarca de Pelotas, quanto à dificuldade de compreensão das Instituições no que refere aos objetivos, diretrizes e fluxos das alternativas penais / prestação de serviço à comunidade, destacando-se ainda, a resistência por parte de alguns atores em acolherem pessoas em situação de alternativa penal com base no senso comum da “periculosidade”, assim, surge a primeira capacitação voltada aos secretários (as) e servidores dos órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Pelotas, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos deste município. A capacitação foi realizada pelas Técnicas Penitenciárias - assistente social e psicóloga - vinculadas à 5ª Delegacia Penitenciária Regional que atuam na Central Integrada de Alternativas Penais. No evento, observou-se forte adesão e participação ativa dos servidores durante a atividade, resultando na proposta, por parte da Prefeitura Municipal, em expandir a capacitação para as “sub-prefeituras” dos distritos vinculados ao município, os quais também recebem pessoas da comunidade para o cumprimento de prestação de serviço. A proposta também será ampliada às demais instituições conveniadas para o recebimento de prestadores de serviço à comunidade, aos municípios vinculados à Comarca de Pelotas, e às instituições acadêmicas que tenham interesse em promover discussões sobre as alternativas penais. Neste sentido, a capacitação das Instituições tem como proposta

¹Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Central Integrada de Alternativas Penais do Foro da Comarca de Pelotas; alessandra-silva@susepe.rs.gov.br

²Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga; Central Integrada de Alternativas Penais do Foro da Comarca de Pelotas; monica-cunha@susepe.rs.gov.br

criar uma rede de fomento e fortalecimento das alternativas penais, com vistas a responsabilização do sujeito com autonomia, protagonismo, liberdade e acesso a direitos; tencionando ainda sobre a importância do caráter pedagógico e inclusivo da pena, com vistas ao desencarceramento, à redução das vulnerabilidades sócio criminais, a reincidência criminal, e o enfrentamento da prisão como resposta penal hegemônica

CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO

Iana Patrícia Pandolfo¹
Karine Müller Dutra²
Shirlei Sztormowski³

O presente projeto nasce de inquietações advindas do sistema prisional. Um espaço permeado por conflitos, violências, violações, raiva, ódio e dor. Por pessoas que não tardar estarão ao retorno do convívio extramuros, nas suas famílias e comunidades. É aí que a justiça restaurativa, através da prática dos círculos de construção de paz, se apresenta como forma de reconhecimento e autoconhecimento, os quais podem ser instrumentos de diálogo, cuidado, resistência e resiliência dentro da prisão. As práticas dos círculos de construção de Paz têm o potencial de fortalecer o desejo do encontro de novas estratégias para lidar com o meio externo, além de reforçar aspectos afetivos, cognitivos, psicossociais e práticos em relação ao momento pelo qual esses indivíduos estão se dirigindo: regime semiaberto, aberto e o livramento condicional para aqueles que cumpriram o lapso temporal. Este projeto tem como objetivo promover um espaço seguro para fomentar o senso crítico acerca da importância e da responsabilidade da semiliberdade e/ou liberdade condicionada, buscando desenvolver estratégias que colaborarão para a reintegração social. Outrossim, os círculos objetivam ainda promover a aprendizagem de uma metodologia de diálogo que pode ser replicada em outras situações, criando um espaço seguro de diálogo e planejamento que desenvolva habilidades e crie uma rede de apoio e um plano de ação que colabore no processo de reintegração social; criar banco de dados que subsidiará futuras pesquisas, monitoramento e avaliação. O procedimento metodológico é realizado através da obtenção de informações sobre quais são as pessoas prestes a progredir de regime ou receber livramento condicional nos próximos seis meses; realização de pré-círculos individualmente e apresentar a proposta de intervenção as pessoas privadas de liberdade que aderirem à proposta, bem como explicar o processo do círculo de construção de paz; definição dos facilitadores para realizar o trabalho no estabelecimento prisional (servidores do presídio e de outros estabelecimentos da região ou convidados), os quais realizam reuniões de supervisão a fim de planejar, avaliar e monitorar os círculos; realização dos ciclos dos círculos de construção da paz em local extramuros. Os dados pertinentes são registrados em relatório específico e arquivados para posterior registro e para subsidiar futuras

¹Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Presídio Estadual de Santo Cristo; iana-pandolfo@susepe.rs.gov.br.

²Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga; 3ª Delegacia Penitenciária Regional; karine-dutra@susepe.rs.gov.br.

³Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga; Presídio Estadual de Cerro Largo; shirlei-sztormowski@susepe.rs.gov.br.

pesquisas. O projeto, que teve início no ano de 2019, realizou até o momento cinco ciclos de círculos, participando 42 pessoas. Destas, 23 estão em liberdade condicional, 02 em regime aberto (domiciliar), 04 em regime semiaberto (domiciliar) com trabalho externo, 04 em regime semiaberto (domiciliar) sem trabalho externo, 03 em regime semiaberto com trabalho externo, 02 em regime semiaberto sem trabalho externo, 02 em regime fechado (aguardando lapso temporal), 02 reincidiram, 01 foragido (semiaberto). Embora o projeto tenha apenas quatro anos de experiência, alguns resultados são perceptíveis, como o baixo índice de reincidência; diminuição dos conflitos intramuros, visto a realização de círculos intramuros através de outro projeto e também a dispensa do exame criminológico, permitindo que se cumpra o lapso temporal. Outrossim, mesmo diante a querela do cárcere é possível que seja oferecido um espaço seguro para fomentar o senso crítico acerca da importância e da responsabilidade diante de um novo momento, buscando desenvolver estratégias que colaborarão para a reintegração social.

INFORMATIVO “NOTÍCIAS LÁ DA RUA”

Gabriel Marcelo Moresco¹

O projeto de um jornal que circulasse nas celas do Presídio Estadual de Júlio de Castilhos surgiu de forma despreziosa e a partir de uma emergência sanitária que tomava o mundo. Com o avanço da pandemia do Coronavírus (COVID-19), inúmeras dificuldades foram impostas no sistema prisional, em especial, a suspensão de visitas e o cancelamento de aulas, cultos e oficinas. Buscou-se então escutar uma demanda já existente, mas que naquele momento se apresentava de forma ainda mais drástica: A gigantesca distância entre a sociedade e as pessoas privadas de liberdade. A partir disso, em maio de 2020, a direção do presídio com o apoio de diferentes pessoas da sociedade local, todas sensíveis à questão prisional, surgiu o Informativo Notícias Lá da Rua. O jornal logo promoveu a circulação de informações confiáveis acerca da pandemia, contendo dados oficiais, medidas de prevenção e também assuntos de interesse dos próprios apenados, que passaram a sugerir temas a serem abordados. O projeto apresenta, dentre outros objetivos: Reduzir a distância entre a comunidade e as pessoas privadas de liberdade, a fim de macular esta barreira que é simbólica e real; Garantir às pessoas presas o direito de acesso a informações efetivamente confiáveis, objetivando combater ondas de fakenews da época; Estimular a leitura e o debate acerca de temas que afetam a sociedade; Publicar mensagens escritas por pessoas da comunidade (juízes, defensores, professores, artistas, profissionais da saúde, egressos do sistema prisional, personalidades públicas, etc.) aos apenados, no intuito de informar, orientar e distensionar o ambiente prisional; Possibilitar o protagonismo dos apenados através do “cantinho do leitor”, onde são publicizadas expressões textuais e artísticas de apenados de todo o Estado. Outrossim, destaca-se que o projeto ainda está em vigor e hoje encontra-se na 59ª edição. O “Notícias Lá da Rua” alcança, mensalmente, em média 15 (quinze) estabelecimentos prisionais do Estado e também é disponibilizado aos servidores e pessoas da sociedade interessadas. Nos presídios, a distribuição ocorre a partir da impressão das edições que são posteriormente entregues nas celas ou expostas em murais, conforme as condições de cada estabelecimento prisional. Destaca-se que o projeto segue propiciando o acesso à informação mesmo após o período pandêmico. O informativo traz reportagens de temas que envolvem cultura, esporte e saúde. Há ainda, uma coluna jurídica que objetiva informar os direitos dos próprios leitores, além de um espaço de entretenimento, com piadas e passatempos. Atualmente, a partir do protagonismo significativo de apenados de diversos presídios, o jornal permanece estimulando a circulação de ideias e o acesso a conteúdos

¹ Técnico Superior Penitenciário – Psicólogo; Presídio Estadual de Júlio de Castilhos; e-mail: gabrielmoresco@susepe.rs.gov.br

do interesse dos leitores, incentivando a escrita e a leitura. A participação dos convidados que compõem a reportagem de capa igualmente sensibiliza a sociedade acerca do que se produz no sistema prisional, para além das estigmatizações e rotulações. Conclui-se, portanto, que o informativo se apresenta como um instrumento que colabora para efetivação de direitos fundamentais como o acesso à informação, dignidade, educação e igualdade, todos pilares do Estado Democrático de Direito. Tais direitos, como tantos outros não citados, diariamente são objeto de violação quando se trata de pessoas privadas de liberdade. Assim, promover a diversidade e os direitos humanos por certo contribui com o aperfeiçoamento do sistema de justiça.

SAÚDE MENTAL E PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO

Mônica Marluzi Pereira de Cunha¹
Alessandra Bernardi da Silva²

A Central Integrada de Alternativas Penais do Foro Comarca de Pelotas foi implementada em 2019 a partir de um modelo de gestão proposto pelo Estado, cujo objetivo é o enfrentamento da cultura de encarceramento. Nesse modelo, o psicólogo é chamado para compor a equipe técnica e atuar no acompanhamento da execução das penas restritivas de direitos. Atualmente o objeto principal de atuação da Central é a medida de Prestação de Serviços à Comunidade, cujas sentenças provêm das quatro varas de execuções criminais e Juizado Especial Criminal. Por sua vez, compete a esse profissional atentar para quaisquer alterações no estado mental de pessoas em cumprimento da medida, proporcionando uma escuta qualificada aos que mostram sofrimento psíquico. Conseqüentemente, informar aos juízes, zelando pelo compromisso ético e com base na legislação em saúde mental, sobre a impossibilidade de cumprimento da sentença imposta. Os objetivos deste trabalho são: mostrar como as questões de saúde mental perpassam o cotidiano de atuação da equipe da Central; descobrir quais os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial já acessados; verificar casos onde nunca houve tratamento; buscar readequações da medida imposta, através de sugestões aos juízes, promotores de justiça e advogados quando há impossibilidade de exercício de atividades laborais devido ao adoecimento. Considerou-se os atendimentos feitos pela psicóloga da equipe no período de abril de 2022 a agosto de 2023, período que compreende a inserção desta profissional na Central. Foram realizadas 267 entrevistas norteadas por instrumento – ficha de acolhimento anexa ao Manual de Aplicação de Alternativas Penais disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - para encaminhamento de pessoas em cumprimento de medida de prestação de serviços à comunidade. Do total de entrevistados, 14 % apresentaram adoecimento mental de forma a incapacitá-los para atividades laborais. Destes, 9 % com histórico de frequência em Centros de Atenção Psicossociais ou internação em hospitais psiquiátricos, 2 % relataram ter passado por atendimento psiquiátrico na rede SUS e privada e, 3% nunca buscaram tratamento. Cabe destacar que 11% não estavam em tratamento no momento da entrevista. No que tange à readequação da medida, a qual ocorre a partir do parecer técnico e decisão dos juízes,

¹ Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga; Central Integrada de Alternativas Penais do Foro da Comarca de Pelotas; monica-cunha@susepe.rs.gov.br

² Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Central Integrada de Alternativas Penais do Foro da Comarca de Pelotas; alessandra-silva@susepe.rs.gov.br

dentre a referida parcela em 2 % houve a baixa definitiva do processo criminal, 4 % a substituição da prestação de serviço à comunidade por tratamento em saúde mental e 8 % suspensão temporária do cumprimento da medida por período mínimo de seis meses. Apesar de serem atendimentos compulsórios, determinados pelo Sistema de Justiça, foi durante as entrevistas que as pessoas falaram sobre terem se sentido acolhidas em seu sofrimento. Nos casos em que as pessoas não estavam em tratamento, a Central foi uma via de conscientização sobre o adoecimento e motivadora. Visto que muitos não estavam em tratamento durante a entrevista, a Central também pode ser considerada uma via de conscientização sobre o sofrimento psíquico e motivadora para a busca de recursos terapêuticos. Por fim, Política de Alternativas Penais prima pela responsabilização das pessoas que cometeram crimes de menor potencial ofensivo, considerando-as protagonistas no processo, o que só é possível através da redução de vulnerabilidades, na garantia de acesso aos serviços e política públicas.

EFETIVIDADE DO HABEAS CORPUS COLETIVO N.º 143.641/SP NA PENITENCIÁRIA DE RIO GRANDE

Francine Nunes Müller¹
Beatriz Reis Gaspar²

A Penitenciária Estadual de Rio Grande é a unidade prisional mista de referência das comarcas da região sul do estado – 5ª região penitenciária – para o cumprimento de pena privativa de liberdade e prisões cautelares de mulheres. Consequentemente há atenção para demandas específicas que atingem o gênero feminino, dentre elas a maternidade. Atualmente essa questão tem sido enfrentada pelo legislador brasileiro e o Poder Judiciário, através da criação de normativas voltadas para essa população tendo como foco principalmente a proteção da infância visto que, em grande maioria, são famílias em vulnerabilidade social. Em que pese a audiência de custódia deva avaliar a possibilidade de substituição da prisão pela liberdade ou outras medidas cautelares, ainda observa-se a continuidade da prisão por mulheres que estariam amparadas pelo benefício legal (artigo 317 e 318 do Código de Processo Penal). A partir dessa conjuntura em 2018 foi dada a concessão – em sede de habeas corpus coletivo impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal – HC n.º 143.641/SP e HC n.º 165.704/DF – para substituição da prisão preventiva pela domiciliar no caso de preenchimento de uma série de condicionantes, incluindo os requisitos do artigo 318 do Código de Processo Penal e a prova da imprescindibilidade nos cuidados da criança por ser o único responsável por ela. Por conseguinte, há no acórdão uma exigência de adequação do Poder Executivo, a qual prevê o dever de comunicação do estabelecimento penal ao Poder Judiciário. No âmbito da Secretaria de Sistema Penal e Socioeducativo foi criada a Instrução Normativa n.º 03/2023 GAB/SUSEPE que buscou instrumentalizar essa demanda criando um fluxo para efetividade do direito. O público-alvo são todas as pessoas que são recolhidas no estabelecimento prisional que se inserem nas condicionantes previstas pelo Habeas Corpus. A metodologia utilizada é que no momento da entrada o preso declara se está inserido nas condicionantes e, em caso positivo, é encaminhado a equipe técnica para avaliação. Na penitenciária de Rio Grande atualmente existem 31 presas preventivas, de acordo com o infopen. Foi identificado – no bimestre de maio e junho de 2023 – 5 pessoas que atendiam as condicionantes sendo duas mulheres. Essas foram encaminhadas ao Poder Judiciário e em 02 casos os presos obtiveram medida cautelar diversa da prisão. O número baixo de presos identificados, muito provavelmente, se deva as audiências

¹ Técnica Superior Penitenciária – Advogada; Penitenciária Estadual de Rio Grande; francine-muller@susepe.rs.gov.br

² Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Penitenciária Estadual de Rio Grande; e-mail beatriz-gaspar@susepe.rs.gov.br

de custódia que devem avaliar a demanda. Diante do exposto, conclui-se que há crescente efetividade da aplicação do artigo 318 do Código de Processo Penal no que se refere as mães presas. Necessário, entretanto, regular a prática no âmbito da execução penal visto que as mulheres que cumprem pena privativa de liberdade em regime fechado ainda encontram maior dificuldade em ter acesso ao benefício da prisão domiciliar. Da perspectiva de atenção à infância, salienta-se que é importante que o juiz prefira em suas decisões a colocação em liberdade visto que a prisão domiciliar implica restrições de mobilidade que dificultam o exercício da maternidade aumentando assim a vulnerabilidade das famílias.

JORNADAS DO PRESO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO

Iana Patrícia Pandolfo¹

Desde a década de oitenta a Pastoral Carcerária vem prestando assistência religiosa ininterruptamente junto ao Presídio Estadual de Santo Cristo, e além das celebrações e encontros reflexivos com as pessoas privadas de liberdade realiza anualmente um encontro chamado Jornada do Preso. De inspiração trazida por agentes da pastoral que atuavam em outros presídios é que neste ano de 2023 no mês de outubro será realizada a 21ª Jornada do Preso. Este encontro tem como objetivo promover um espaço de acolhida, confraternização, reflexão, oração e empatia. A administração prisional, bem como todos os agentes penitenciários e equipe técnica auxiliam para o sucesso da jornada. Além de toda preparação do ambiente (quadra), com cadeiras, cartazes, flores, dentre outros detalhes, os agentes da pastoral carcerária com muito amor e dedicação preparam também a refeição e lanche, oferecendo o alimento e o partilhando em pratos de vidro e talheres de alumínio. São pequenos detalhes que são muitos significativos. A data é sempre aguardada com muito entusiasmo pelas pessoas privadas de liberdade, e ao final do encontro deixam depoimentos de gratidão. Embora os agentes da pastoral carcerária sejam poucos (em torno de 10 pessoas), eles recebem o apoio de toda comunidade com doações para o preparo da refeição e também um mimo para cada participante. É um gesto que demonstra na prática a empatia da comunidade, encorajando-os a mudar suas escolhas, atitudes e retornar ao convívio de suas famílias e comunidade com mais responsabilidade. Vale salientar que esta ação, também recebe o apoio do Conselho da Comunidade da Comarca de Santo Cristo, o qual através de seus membros participam da jornada e auxiliam na organização. Quando a comunidade consegue além de prestar assistência, colocar-se junto as pessoas privadas de liberdade, o cumprimento de pena deixa de ser apenas uma punição, pois, recebe compaixão e cuidado. Uma comunidade que aceita e se coloca a disposição para promover junto com o sistema prisional a inclusão das pessoas privadas de liberdade, ainda que por pequenos gestos de acolhida, é uma comunidade que participa da implementação de políticas públicas, e que está disposta a realizar o controle social. A Jornada do Preso nos ensina que a assistência religiosa pode ser mais do que uma crença religiosa a oferecer espaço de oração intramuros, ela pode alcançar através de gestos simples valores que transcendem as relações sociais. E por mais dificuldades encontradas, com diálogo e empatia é possível desenvolver ações como esta que a Pastoral Carcerária de Santo Cristo prontamente acolhe. Organizar e fazer a Jornada do Preso acontecer a vinte e um anos, é mais que uma ação, é uma história.

¹ Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Presídio Estadual de Santo Cristo; iana-pandolfo@susepe.rs.gov.br

A EDUCAÇÃO PRISIONAL: SOB AS LENTES DO CONHECIMENTO, IDENTIDADE E CULTURA DA MULHER RECLUSA

Juniélen Costa Veleda Gomes¹
Janice Quinzen Willrich²
Rochele da Silva Santaiana³

O referido estudo surgiu durante a Pandemia Covid-19 quando, no interior das prisões, também foi necessária a suspensão de aulas presenciais. Durante a realização dos plantões, frequentemente ouvimos das apenadas que “a pior prisão que existe é a da mente”. A proposta de pesquisa debruçou-se sobre a escuta de escritas “desaprisionadoras” de si, por meio de práticas de leitura e escrita. Teve os seguintes objetivos: a) Evidenciar processos de leitura e escrita efetiva, através de textos e desenhos elaborados por outros alunos do sistema prisional para utilização do tempo ocioso na prisão com prováveis perspectivas de ressocialização e de possibilidades da reinvenção de si; b) Trazer a Gestão Escolar como ponte de ressocialização através da educação Prisional formal que ocorre num espaço não-formal, bem como direcionamentos e a necessidade da abordagem do tema. c) Analisar a identidade cultural das mulheres reclusas mediante uma abordagem focalizada nos conhecimentos e nas experiências prévias das detentas. Nesse sentido, trouxe a Gestão Escolar como ponte de ressocialização de uma educação formal que ocorre num espaço não formal. Para tal, examinamos essa realidade segundo a abordagem qualitativa inspirada na etnografia. Analisamos a identidade cultural das mulheres reclusas em Bagé-RS, com foco na educação. O caminho esteve debruçado sobre conhecimentos e experiências prévias de vida das mulheres privadas de liberdade com escritas que foram realizadas entre os anos de 2018 e 2020, articuladas com textos de outros autores que se encontravam em situação análoga à de prisão. Reafirmamos o fato de que a educação, ao ocorrer em lugares diversificados, permite desbravar, também, a linguagem presente naquele ambiente, já que seus aspectos contribuem para a compreensão temática da educação prisional na sociedade. Percebeu-se que, à medida que as apenadas passam a visualizar outras possibilidades de ressignificação e de não retorno à criminalidade, tal perspectiva possibilita-lhes o crescimento e o despertar da atenção do poder público para a importância do cumprimento da Educação Prisional como principal via ressocializadora. Ao concluir, afirma-se que a educação proporciona modificações internas, não apenas superficiais, já que ela é indis-

¹ Policial Penal; junielen-gomes@susepe.rs.gov.br

² Policial Penal; janice-willrich@susepe.rs.gov.br

³ Orientadora. Licenciada em Pedagogia pela UNISINOS. Mestre e doutora em Educação pela UFRGS. Atua como docente em cursos de Especialização *Latu Sensu* e é docente da Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). rochele-santaiana@uergs.edu.br

pensável e permissora para desbravar, também, a importância de ouvir, ler e conhecer a representação através do olhar dessas mulheres. A partir da linguagem presente naquele ambiente, elas trouxeram aspectos indispensáveis, tais como: a ausência da educação em suas vidas e a compreensão temática da educação prisional na sociedade. Nesse sentido, existe a importância da necessidade de realizarmos constantes inserções de práticas educativas no cárcere, não apenas com educadores e reeducandos, mas principalmente com o efetivo de segurança: público alvo da pesquisa, uma vez que precisam conceder o suporte aos profissionais da escola

ASAS À LEITURA: A LEITURA COMO FORMA DE CONHECIMENTO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Camila Silva da Costa¹
Amanda Fonseca de Albuquerque²
Letícia Pinho de Freitas³
Mareli Schwanck Schardosin⁴
Raquel Maia Borges⁵
Cleudson Teixeira Vinhas⁶

Objetivo Geral: Proporcionar o acesso à leitura para pessoas privadas de liberdade que cumprem pena em regime semiaberto, estando em prisão domiciliar utilizando tornozeleira eletrônica. Através do projeto, os presos podem receber até 48 dias anuais de remição na pena que estão cumprindo, totalizando 12 relatórios de leitura, um para cada título lido. Objetivos específicos: Proporcionar: o acesso à leitura para as pessoas privadas de liberdade, a possibilidade de remição de pena através da leitura, a reflexão e ampliação de conhecimentos, a socialização e diminuição das lacunas de alfabetização, a troca de momentos ociosos por estudo e conhecimento, a interação dos integrantes do projeto; a melhoria na interpretação de textos, ortografia e fluência escrita; Justificativa: O Brasil apresenta, nos últimos anos uma aceleração no aumento da população prisional. A atenção para com os encarcerados exige extrema urgência, pois se tratam também de sujeitos de direito. A remição da pena pela leitura se tornou um ponto de avanço na política penitenciária, mesmo que ainda estejamos “engatinhando”. A real importância de projetos de leitura dentro do sistema prisional é a possibilidade de construção desse sujeito enquanto cidadão, melhorando sua autoestima e sua autonomia, fortalecendo o conhecimento de si, da sociedade e do mundo, elementos essenciais para o exercício da cidadania plena. Público alvo: Presos recolhidos no Instituto Penal de Monitoramento Eletrônico da 5ª Região Penitenciária. Métodos: A participação no projeto é voluntária e a seleção e orientação da atividade proposta são feitas pelo serviço social. É realizada entrevista e demonstrado o interesse, o monitorado passa a participar do projeto. Os livros são adquiridos através de doações e as oficinas são realizadas mensalmente na Universidade Católica de Pelotas, parceira do projeto. A cada encontro, são produzidas e entregues as resenhas. Após é feito o registro da atividade no sistema de Informações Penitenciárias, que gera um atestado

¹ Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social; IPME; camila-costa@susepe.rs.gov.br

² Agente Penitenciária; IPME; amanda-albuquerque@susepe.rs.gov.br

³ Agente Penitenciária Administrativa; IPME; leticia-pinho@susepe.rs.gov.br

⁴ Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social; IPME; mareli-schardosin@susepe.rs.gov.br

⁵ Técnica Superior Penitenciária - Assistente Social; IPME; raquel-borges@susepe.rs.gov.br

⁶ Agente Penitenciário; IPME; cleudson-vinhas@susepe.rs.gov.br

de efetivo estudo. Os documentos são protocolados no Sistema Eletrônico de Execução Unificado do monitorado, assim, o Juiz faz o reconhecimento dos dias de remição. O asas à leitura teve início no dia 27/10/2022. Atualmente são cinco participantes e a previsão de término dessa edição é setembro/2023. Resultados e conclusão: Do total de dez monitorados (as) que iniciaram no projeto, quatro progrediram de regime e somente um desistiu. Em geral, todas as resenhas são escritas em concordância com a história do livro, os monitorados participam das dinâmicas e é visível o quanto amadureceram durante esse período.

CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COM PRIVADOS DE LIBERDADE. PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

Luciane Figueiredo Centeno¹

Entendendo que a cultura de paz colabora para construir relações mais saudáveis e uma justiça que efetivamente restaure, a construção de grupos de círculos de construção de paz, mostra-se um promissor caminho para uma convivência mais harmoniosa intramuros e posteriormente extramuros promovendo a comunicação não violenta. Garantindo um espaço de reflexão, conscientização, num conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, visando à conscientização/reflexão dos fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência. A Política Pública Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário está delineada na Resolução CNJ n. 225/2016 e tem por objetivo a consolidação da identidade e da qualidade da Justiça Restaurativa definidas na normativa, a fim de que não seja desvirtuada ou banalizada. Um círculo de construção de paz é baseado em etapas que se constituem através de perguntas norteadoras, oportunizando a fala e escuta qualificada a todos os participantes para que contem suas verdades e histórias de forma respeitosa. A oportunidade de contar e ouvir histórias, faz refletir sobre nós mesmos, nosso modo de agir e pensar. Quando ouvimos histórias nos conectamos emocionalmente com o outro. O Círculo é conduzido por um facilitador, que tem como responsabilidade ajudar os participantes a criar um espaço seguro para a conversa, monitorar a qualidade do espaço do coletivo e estimular as reflexões do grupo através de perguntas ou pausas. O objetivo dos Círculos de Construção de Paz é construir relacionamentos de troca, aceitação, entendimento e/ou resolução de conflitos. A população carcerária do Presídio Estadual de Camaquã é de 388, com capacidade de engenharia para 180, em junho de 2023 com essa superlotação, todos homens entre 18 e 60 anos, das mais variadas classes sociais. Para implantar o grupo, a Técnica Superior Penitenciária-Psicóloga fez cursos para ser facilitadora. Pensou em começar pelos alunos da sala de aula da turma descentralizada de educação para jovens e adultos, sensibilizada a professora, de pronto aceitou. Dentro dos critérios das aulas e do andamento logístico/segurança definidos pela professora e casa prisional, em 2022 deu-se início aos grupos. Em reflexo da pandemia que o mundo atravessava, a desesperança, falta de autocuidado, descrença e desvalorização do futuro, era uma constante, motivando a pensar em ações preventivas. Todas os alunos aceitaram e posteriormente, com o incentivo desses, outros, aderiram. Pensado semanalmente, por procedimentos da casa prisional, algumas semanas não houveram, mas no

¹Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Presídio Estadual de Camaquã; luciane-centeno@susepe.rs.gov.br

mínimo uma vez ao mês ocorreram. Em 2022 foram realizados 8 e em 2023 12, totalizando 20 círculos, com no mínimo 25 participantes. Após a realização de cada encontro, o participante avalia sua participação, sempre positiva, respostas de esperança, tranquilidade e serenidade. Com observação, planejamento, roteiro e relatório dos círculos, neste caso os não conflitivos. As mensagens são analisadas com vistas ao significado do que é dito, sabendo que tal significado é construído a partir de relações de sentido entre o significante (as palavras) e o mundo do indivíduo (suas percepções). Esta reação positiva ao círculo se repetiu em todos os grupos, o que demonstra que os encontros têm proporcionado a esses indivíduos um reconhecimento de si no outro e um contato com sua humanidade. A escuta qualificada com interação humanizada, cidadã e solidária vivenciada contribuiu para a construção de um espaço reflexivo, de acolhimento, sigiloso e sem julgamento para uma Cultura de Paz. Esta foi uma ferramenta valiosa para a atuação prática da facilitadora no presídio Estadual de Camaquã, bem como poderá ser utilizada por outros profissionais que promovem o cuidado no Sistema Prisional.

ENSINO PROFISSIONAL NO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA FEMININA

Fernanda da Silva Spíndola¹
Itamar Luís Hammes²

Este resumo é um recorte de pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense campus Charqueadas. A pesquisa teve como objetivo principal apresentar mapeamento de oferta de educação profissional oferecidos às internas do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, propondo através de um relatório, a oferta de cursos profissionais que contemplassem as reais necessidades destas mulheres, quando em liberdade. O Ensino Profissional, de livre oferta e sem vinculação em grau de escolaridade, se torna essencial no contexto prisional, como ferramenta de ressocialização das pessoas em situação de cárcere gerando remição de pena e maiores possibilidades de reinserção em sociedade. Através de questionários semiestruturados, foram ouvidas 189 mulheres, 01 gestora e 01 servidora técnica no Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e da Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, que forneceram dados para a identificação das principais dificuldades na oferta e na conclusão de Cursos Profissionais no âmbito penitenciário. Além de traçar o perfil dos cursos mais requisitados pelas mulheres em situação de cárcere, também foi traçado o perfil etário e escolar desta população. Conforme os resultados obtidos, 38,1% das pesquisadas têm entre 31 e 40 anos e 42,3% possuem somente o Ensino Fundamental incompleto, a grande maioria também nunca realizou nenhum curso durante seu recolhimento e não possui nenhum trabalho prisional, as ditas ligas laborais. Nas considerações finais são apontados alguns fatores que dificultam a implementação de Cursos Profissionais em presídios. Conduzidos por dados compilados e narrativas fragmentadas de suas histórias de vida dentro e fora do cárcere, podemos ter uma pequena noção do abismo de precarização que enfrentam estas mulheres. Em comum, todas as participantes acreditam que uma Educação Profissional oferecida durante o período de reclusão, contribuiria para que tivessem mais oportunidades ao receberem sua liberdade. Como principais dificuldades para que a oferta de cursos profissionais seja ampliada, temos a falta de servidores apontada como grande empecilho, pois não existem servidoras suficientes para realizar todas as movimentações de rotina de um estabelecimento prisional. Atividades como saúde, segurança e audiências, acabam sendo de prioridade, as atividades educacionais muitas vezes são preteridas em uma difícil escolha a ser feita

¹ Policial Penal; f.spindola@gmail.com.

² Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do IFSUL de Charqueadas - RS, itamarhammes@ifsul.edu.br.

todos os dias nestes estabelecimentos. Também fica evidente a importância do trabalho para estas mulheres, que anseiam por remição e por algum tipo de renda, que possa ajudar os filhos que deixaram ao serem presas e que possa de alguma forma remir a pena imposta.

LEITORES APRISIONADOS: ENTRE A PRIVAÇÃO DO CORPO E A LIBERTAÇÃO DA ALMA

Lilian Signorini Lafuente¹

Qual a relação existente entre os indivíduos privados de liberdade e a prática da leitura e da escrita, quais sentidos atribuem a ela? Este texto é parte de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que analisa a constituição e circulação do acervo utilizado no projeto de remição pela leitura desenvolvido no Presídio Estadual de Camaquã, chamado: “Carrinho da Leitura: estimulando a leitura como forma de libertação”. Considerando a apropriação da leitura e escrita realizada pelas pessoas privadas de liberdade, através dos relatórios de leitura produzidos, foram delineados os seguintes objetivos específicos: investigar o perfil do leitor privado de liberdade no Presídio Estadual de Camaquã, além de identificar a existência de uma comunidade de leitores. Os relatórios de leitura, relatos e desenhos são parte de uma infinidade de produções resultantes das atividades desenvolvidas em projetos que estimulam a prática da leitura e da escrita dentro dos estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul. Por meio deles, os autores expressam o cotidiano nas prisões, as estratégias desenvolvidas para suportar o cárcere, as memórias individuais e coletivas, as pequenas biografias, os sentimentos, entre outros temas. Isto posto, a abordagem desta pesquisa versa sobre os sentidos atribuídos aos textos dos quais esses leitores se apropriam a partir do acervo disponibilizado. O que realmente se sabe sobre a trajetória da leitura e de leitores nas prisões? Como esse projeto se efetiva e se constitui uma prática no contexto prisional? A oportunidade de remição da pena pela leitura representa um estímulo para ler, logo, é importante desenvolver um trabalho que garanta ao indivíduo leitor em situação de privação de liberdade, situações de aprendizagem voltadas para o caráter libertador do ato de ler. Visando conhecer as produções acadêmicas acerca do objeto a ser pesquisado realizamos uma investigação no banco de dissertações e teses no Portal da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, visando mapear produções que abordassem as práticas de leitura e escrita e, também, identificar possíveis lacunas historiográficas. O recorte temporal estabelecido foi o período dos últimos dez anos e a busca se deu a partir dos descritores: remição, leitura, escrita, prisões, RS. Com a análise dos dados percebemos que os estudos que envolvem a prática da leitura e da escrita nas prisões do Rio Grande do Sul são poucos e estão atrelados ao processo de alfabetização e letramento, associados a Educação de Jovens e Adultos. Além disso, percebemos que as práticas de leitura e, por conseguinte, as

¹ Policial Penal, Presídio Regional de Pelotas; lilian.lafuente@hotmail.com

produções textuais realizadas pelas pessoas privadas de liberdade representam empoderamento, pois, estas práticas estimulam os sujeitos-leitores a participar de outras atividades educacionais oferecidas nos estabelecimentos prisionais, ou seja, a capacidade de agência destes leitores, inseridos no contexto prisional, ainda não foi considerada. Deste modo, identificar o perfil dos leitores é fundamental para o sucesso dos projetos de remição pela leitura, através do estudo bibliográfico realizado é possível inferir que, este pode ser um recurso positivo para ampliar o conhecimento sobre os aprisionados, instrumentalizando a análise da política criminal e gerenciamento do sistema prisional.

LENDO PARA A LIBERDADE. A REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS

Luciane Figueiredo Centeno¹
Lilian Signorini Lafuente²
Cleusa Maria de Farias Rodrigues³
Suzana Miranda de Alencastro⁴
Hingrid da Silva Peres⁵
Magnalda da Silva Maia⁶
Kenian Idamires Dietrich Trindade⁷

A remição de pena, por trabalho, estudo e leitura, conforme Recomendação número 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça e prevista na Lei n. 7.210/84 de Execução Penal, está relacionada ao direito assegurado na Constituição Federal de individualização da pena. Ampliadas pela Lei 12.433, de 2011, e passou a permitir que, além do trabalho, o estudo contribua para a diminuição da pena. A ressocialização do preso é uma preocupação constante, e iniciativas voltadas à redução da reincidência criminal são pensadas, tendo a Portaria 01/2018 da Vara de Execuções Criminais-Regional de Pelotas, de 09/8/2018 do Juiz de Direito Marcelo Malizia Cabral, instituída a possibilidade de Remição pela Leitura. Pioneiros na região, com a portaria interna 001/2018, o Presídio Estadual de Camaquã, institui a comissão de criação, análise e comprovação da remição pela leitura, a partir do projeto Carrinho da Leitura, que desde o ano de 2017 está em andamento, incentivando a implementação da remição pela leitura, sem censura de estilo, adequação idade/escolaridade nas obras ofertadas, visto que uma pessoa privada de liberdade não desfruta de local e horário adequado para a realização da leitura. Pensando em ressignificar o tempo livre em privação de liberdade, promover a responsabilidade de conservação e devolução nos períodos acordados o livro, fomentar a perspectiva de um futuro melhor extramuros, contribuir para modificar os hábitos danosos e as formas de aprendizagem no presídio, dando ênfase ao desenvolvimento de competências e habilidades mais saudáveis. A prática se dá a partir da colaboração de todos os servidores, professores, comunidade camaquense e cidades dos arredores para doação das obras, assim

¹ Técnica Superior Penitenciária-Psicóloga; Presídio Estadual de Camaquã; luciane-centeno@susepe.rs.gov.br

² Policial Penal; Presídio Regional de Pelotas; lilian.lafuente@hotmail.com

³ Professora Núcleo Estadual de Educação para Jovens e Adultos-População Privada de Liberdade; Presídio Estadual de Camaquã; cleusa.f.rodrigues@hotmail.com

⁴ Professora Núcleo Estadual de Educação para Jovens e Adultos-População Privada de Liberdade; Presídio Estadual de Camaquã; suzana-malencastro@educar.rs.gov.br

⁵ Técnica Superior Penitenciária-Assistente Social; Presídio Estadual de Camaquã; hingrid-peres@susepe.rs.gov.br

⁶ Agente Penitenciária Administrativa; Presídio Estadual de Camaquã; magnalda-maia@susepe.rs.gov.br

⁷ Agente Penitenciária Administrativa; Presídio Estadual de Camaquã; kenian-dietrich@susepe.rs.gov.br

como a inscrição no Banco de Livros. Atualmente seguindo a ordem de Serviço nº 01/2021 do Departamento de Tratamento Penal, que regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade por meio de práticas sociais educativas. Tendo os apenados de 22 à 30 dias para ler a obra, e, após isso, elaborar um resumo crítico, em oficina, na sala de aula, o qual é avaliado pela comissão. Se validado, recebe o benefício da diminuição de 4 dias de pena por obra/mês, o limite é de doze obras por ano, ou seja, no máximo, 48 dias de remição a cada ano. Os livros disponíveis são devidamente registrados em livro tomo, assim como todos os que vem integrar o acervo. A retirada de livros é feita na sala de aula da galeria A ou é passado nas duas galerias (A e B), uma vez por semana o "carrinho da Leitura". Sendo aprovado o resumo crítico, é feito o atestado de efetivo estudo e após é encaminhado para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado para ser deferido pelo Juiz a Remição. Até o mês de 09/2023 foram atendidos 100 apenados, 05 deles estão desde o início lendo assiduamente, lendo para a remição, 12 livros por ano. Pode-se afirmar que a remição pela leitura é uma ferramenta relevante para ressocialização, e apontamos a integração de todos os setores, onde também pode-se apontar que a partir deste projeto, vários apenados tiveram acesso a outros serviços, tais como: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, Exame Nacional do Ensino Médio, além de estabelecer um diálogo mais próximo com professores, servidores penitenciários e judiciário.

NEEJA – RENASCER

Clayton Beckenkamp¹
Vagner Goettens²
Chaiana Luciana Mario³
Matheus de Moraes Carvalho⁴
Rejane Lazzarotto⁵
Tavani Mariano Barcarolo⁶
Solange Bazzan Fuzinato⁷
Fernanda Steinbrenner⁸
Tamyris Pereira de Campos⁹

A ressocialização de pessoas privadas de liberdade é um desafio complexo e crucial para a sociedade contemporânea. Nesse ínterim, o presente exposto destaca a importância do desenvolvimento socioemocional como parte dos currículos escolares, particularmente no contexto do NEEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos) em um ambiente de prisão, como o Presídio Estadual de Erechim - NEEJA Renascer. A abordagem pedagógica adotada no NEEJA busca preparar os apenados para se tornarem cidadãos produtivos, alfabetizados e letrados, com uma compreensão ampla do mundo ao seu redor, visando à ressocialização na sociedade e no mercado de trabalho. O Instituto Ayrton Senna é mencionado como uma fonte de inspiração para a organização das competências socioemocionais, que incluem abertura ao novo, autogestão, engajamento com os outros, amabilidade e resiliência emocional. Essas competências são essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes, especialmente daqueles que estão reclusos, pois contribuem para sua reintegração na sociedade. Isso não apenas enriquece o aprendizado, mas também desenvolve habilidades socioemocionais, essenciais para a reintegração na sociedade. John Dewey, com sua ênfase na educação experiencial, inspira os educadores a proporcionarem oportunidades práticas de aprendizado. Eles acreditam que o conhecimento se torna mais significativo quando aplicado a situações reais. Assim, os apenados não apenas adquirem conhecimento teórico, mas também desenvolvem habilidades práticas que serão úteis após a libertação. Jean Piaget influencia a abordagem pedagógica

¹ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; clayton-beckenkamp@susepe.rs.gov.br

² Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; vagner-goettens@susepe.rs.gov.br

³ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; chaianamario@susepe.rs.gov.br

⁴ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; matheus-carvalho@susepe.rs.gov.br

⁵ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; rejanelazzarotto@susepe.rs.gov.br

⁶ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; tavanibarcarolo@susepe.rs.gov.br

⁷ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; solange-livi@susepe.rs.gov.br

⁸ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; fernanda-steinbrenner@susepe.rs.gov.br

⁹ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; tamyris-campos@susepe.rs.gov.br

ao destacar a importância da construção ativa do conhecimento. Objetivo geral: Desenvolver um programa educacional no NEEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos) do Presídio Estadual de Erechim - NEEJA Renascer que promova a ressocialização de pessoas privadas de liberdade, com foco no desenvolvimento socioemocional e na preparação para uma reintegração bem-sucedida na sociedade e no mercado de trabalho, por meio de uma abordagem pedagógica que valoriza a conscientização crítica, a aprendizagem colaborativa, a aplicação prática do conhecimento e a personalização do ensino. Público-alvo: apenados do presídio estadual de Erechim. Métodos: 1) Avaliação Inicial e Plano Individualizado; 2) Formação de Professores e Equipe Técnica; 3) Currículo Educativo Aberto e Flexível; 4) Educação Socioemocional e Cidadania; 5) Aprendizado Colaborativo e Participação do Conselho da Comunidade; 6) Aplicação Prática do Conhecimento; 7) Monitoramento do Conselho da Comunidade. Resultados: Os resultados obtidos a partir das atividades realizadas pelo NEEJA podem ser destacadas, como sendo: a) Melhoria nas Competências Educacionais; b) Desenvolvimento Socioemocional; c) Redução da Reincidência Criminal; d) Preparação para o Mercado de Trabalho; e) Integração Comunitária; f) Empoderamento dos Apenados; g) Participação Efetiva do Conselho da Comunidade. Conclusões: O programa no NEEJA Renascer está efetivamente cumprindo essa missão de transformação e renovação. Por fim, ao referenciar as frases célebres de Paulo Freire: “A educação não pode ser delegada, transferida, a outrem. Ela é um ato meu, pessoal.”; “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.”; “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Essas palavras de Paulo Freire ecoam na abordagem do NEEJA, que reconhece a importância da educação como um ato pessoal e corajoso de transformação.

PROJETO ENTRELINHAS: INCLUINDO MULHERES NÃO ALFABETIZADAS NA REMIÇÃO PELA LEITURA

Roscielen Moreira de Moraes¹
Carla Priscilla Castro Sousa²
Dulciana Caroline Araújo³
Roger Lopes da Veiga⁴

A premissa de reinserção social no sistema prisional está diretamente ligada à promoção e garantia de direitos fundamentais e inserção em projetos de formação e qualificação relacionados à educação e atividades laborais levando em consideração que o tratamento penal tem como base o tripé da saúde, educação e trabalho. Ainda, a questão do gênero traz particularidades para a pena de privação de liberdade, sobretudo pelo papel social ocupado pela mulher, de cuidadoras da família e em muitos casos de mantenedoras do lar, deixando uma lacuna quando ingressam no sistema penitenciário. No que tange o perfil sociocultural e demográfico das mulheres privadas de liberdade, constatou-se que a maioria, são oriundas da parcela mais vulnerável da população, pobres, com filhos, possuem baixa escolaridade (1º grau incompleto), residentes em periferias e algumas, no momento da prisão, se encontravam em situação de rua. Diante da demanda de baixa escolaridade das mulheres reclusas na Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba, percebeu-se a necessidade de tornar amplo o acesso às práticas sociais educativas não escolares, especificamente a remição pela leitura, propondo-se o projeto Entrelinhas. Tratam-se de ações voltadas para as mulheres privadas de liberdade não alfabetizadas, em fase de alfabetização ou que apresentem alguma deficiência visual ou intelectual com o intuito de promover concomitantemente a remição de pena e o acesso à educação, por meio de atividades lúdicas. Tendo como documento base a normativa interna que regulamenta o direito à remição de pena por meio de práticas sociais, educativas e de leitura, foi realizado um levantamento das mulheres que não eram alfabetizadas e/ou tinham dificuldade no nível de leitura e escrita. Nesse sentido, fora proposto a organização de grupos de leitura com até dez pessoas privadas de liberdade por encontro, sendo acompanhadas por membros da Comissão Permanente de Fomento à Leitura e pela professora de Português do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos - NEEJA. O objetivo dos encontros é realizar a leitura de obras literárias de fácil compreensão, com posterior registro do conteúdo lido por meio de outras

¹ Policial Penal; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba; roscielen-morais@susepe.rs.gov.br

² Técnica Superior Penitenciária – Psicóloga; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba; carlasousa@susepe.rs.gov.br

³ Técnica Superior Penitenciária – Assistente Social; Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba; dulcianaaraujo@susepe.rs.gov.br

⁴ Estagiário em Psicologia – Universidade La Salle

formas de expressão para além da escrita, como colagem, desenho, poesia, transcrição. Assim, é possível incentivar a autonomia das participantes para demonstrar sua compreensão acerca da obra. Além disso, são realizadas ações contínuas visando sensibilizar as mulheres privadas de liberdade acerca da importância da participação nas atividades escolares, tendo as Promotoras de Educação como figuras de referência em cada galeria para viabilizar tais demandas.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS COLETIVAS DE LEITURA NO INSTITUTO PENAL DE MONTENEGRO

Jerônimo Martins da Silveira¹
Asta Conceição da Oliveira Motta²
Clarice Angélica Machado³

Objetivo: Fomentar ações educativas para contribuir com o hábito da leitura por parte das pessoas privadas de liberdade recolhidas no Instituto Penal de Montenegro. Justificativa: Após detectarmos que os presos deste estabelecimento prisional não se sentiam motivados a lerem sozinhos, em razão de executarem atividades laborais nos turnos matutino e vespertino, tendo a noite para descanso, e, portanto, não possuírem disposição para realizar a leitura de livros, buscamos mobilizar alternativas que contribuíssem para inserção da leitura em suas rotinas de forma sadia, criativa, e sem gerar uma sobrecarga aos apenados. Público-alvo: pessoas privadas de liberdade recolhidas no Instituto Penal de Montenegro. Métodos: Inicialmente, realizamos um diagnóstico da realidade, através de escuta às pessoas privadas de liberdade sobre formas de auxílio no processo de leitura. Foi sugerido a realização de grupos de leitura coletiva, com o propósito de auxiliar no processo de entendimento, troca de experiências e auxílio aos que possuem dificuldade na leitura. Combinamos que o grupo realizaria a leitura de um mesmo livro, com temas sugeridos pelos membros. Inicialmente, os encontros ocorreriam uma vez ao mês, com duração de uma hora e meia, incluindo o debate sobre o conteúdo. Como os temas "superação" e "motivação" foram os mais apontados como de interesse pelo grupo, foi escolhido o livro "Enquanto Houver Vida Viverei", de Júlio Emílio Braz, como o primeiro livro a ser lido. O primeiro encontro ocorreu no dia 14 de junho de 2023 e contou com a presença de 13 pessoas. Resultados: Durante a leitura coletiva, os presentes expressavam as suas vivências e o seu entendimento, bem como suas percepções sobre o tema. Somado a este debate, o setor técnico do Instituto Penal de Montenegro pode realizar orientações sobre autocuidado em saúde. No mês seguinte, houve a sugestão, por parte do grupo, para que fosse ampliado o número de encontros, passando a ocorrer duas vezes ao mês, ao invés de apenas uma, como foi a proposta inicial. Esta ampliação possibilitou o aprofundamento das discussões e repercutiu na qualidade dos textos realizados pelos apenados, sendo a melhora percebida pela equipe de validação dos relatórios. Como feedback positivo trazido pelo grupo, foi destacado que estas atividades coletivas de leitura estão auxiliando no treinamento para a

¹Técnico Superior Penitenciário; Instituto Penal de Montenegro; jeronimo-silveira@susepe.rs.gov.br

²Agente Penitenciária Administrativa; Instituto Penal de Montenegro; asta-couto@susepe.rs.gov.br

³Agente Penitenciária Administrativa; Instituto Penal de Montenegro; clarice-machado@susepe.rs.gov.br

construção de redações para o ENEM e ENCCEJA; a se expressarem verbalmente de forma mais assertiva; e em como se portar em entrevistas de trabalho. Conclusões: Destacamos a imprescindibilidade do diagnóstico, planejamento e integração entre os atores sociais envolvidos, para a concretização deste projeto. Esta experiência, que encontra-se em construção e aberta a aprimoramentos, está sendo possível através da cooperação entre as categorias profissionais que compõem o quadro funcional deste estabelecimento prisional.

A VIDA DO PSICANALISTA NÃO É COR DE ROSA: ESTUDOS DE CASOS CLÍNICOS DE ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS NO SISTEMA PRISIONAL

Silvana Aparecida Desordi¹

O presente resumo diz respeito ao livro desta autora, publicado neste ano de 2023, pela editora UICLAP e pela AMAZON – com 154 páginas e, com o título acima descrito. O livro trata de estudos de casos clínicos, oriundos do meu trabalho como psicóloga, na escuta de pacientes/apenados, no âmbito do sistema prisional, ao longo de doze anos. Este trabalho consiste na escrita de artigos – sete artigos-, contemplando o estudo de sete casos clínicos de apenados em atendimento psicológico; um estudo de caso do trabalho prisional realizado por apenados no setor privado, em uma empresa conveniada com a Superintendência dos Serviços Penitenciários e, um estudo de caso construído a partir de um olhar para o trabalho de painéis pintados nos muros de um estabelecimento prisional. Os artigos foram estruturados em partes: revisão teórica, com base na teoria psicanalítica, descrição e contextualização dos casos clínicos, análise de casos e, conclusão. A contextualização dos casos exclui o nome da pessoa/ empresa ou casa prisional, tratados por nomes fictícios. Exclui também datas, lugares e outras situações que possam tornar possível a identificação dos sujeitos estudados. Todos os artigos foram submetidos a revisão técnica e gramatical e, os casos clínicos à supervisão. Os analistas foram consultados e concordaram em assinar o Termo de Livre Consentimento, onde consta a autorização para a publicação de sua história, bem como as condições para tanto. No caso do trabalho prisional realizado em uma empresa privada, foram suficientes os Termos de Audiências e, a proposta de abertura de convênio da empresa em questão com a SUSEPE, por serem documentos públicos. A proposta deste livro foi submetida ao comitê de ética da SUSEPE, à Escola do Serviço Penitenciário, à Delegacia Regional Penitenciária, à Coordenação Técnica e à Direção da Casa Prisional de onde foram oriundos os casos estudados. O estudo de caso é um método de pesquisa baseado em uma perspectiva qualitativa, considerada mais adequada para o estudo de realidades sociais. Tem por objetivo explorar, descrever e estudar estas realidades. No caso do livro, estas realidades consistem em situações de sofrimento, de pessoas em atendimento psicológico, agravadas pelo contexto do cárcere. O livro implica em um entendimento de que a prática da psicanálise no contexto prisional é possível, apesar do ambiente de punição, porque sua ética se sustenta em não abrir mão do desejo de ouvir o que o outro tem a dizer. No contexto do discurso de Lacan, podemos enquanto analistas, compreender o que a implicação com a ética da psicanálise impõe: é preciso que o analista engula,

¹Técnico Superior Penitenciário - Psicóloga; Instituto Penal de Santo Ângelo; silvana-desordi@susepe.rs.gov.br

durante dias inteiros, coisas ditas de valor seguramente duvidoso, e bem mais ainda do que para ele mesmo, para o sujeito que a ele as comunica. Esta é uma questão a qual o analista está habituado a superar no exercício de sua prática. E, bem mais do que estar habituado, simplesmente já aboliu dentro dele. O meu livro vem retratar essa outra realidade: a simbolização do sofrimento humano através da dialética da fala, falar/se ouvir falar. O trabalho do livro foi dedicado aos apenados, por compartilhar suas histórias de vida nele estudadas.

CENTRO DE CUSTÓDIA HOSPITAL VILA NOVA: RELATO DE CASO DAS NOVAS ADEQUAÇÕES PARA ATENDIMENTO PSQUIÁTRICO

Isadora Klejner Lartigau¹
Paula Carvalho Gonçalves²
Rita Graciele Leonardi³
Patricia Picolotto Rodrigues⁴
Fernanda da Silva Spíndola⁵

Este resumo apresenta o projeto de readequação da Unidade 05 do Centro de Custódia Hospital Vila Nova, localizado em Porto Alegre. Tendo em vista a Resolução Conselho Nacional de Justiça n. 487/2023 que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança, foram promovidas adequações estruturais e operacionais para o atendimento de pessoas presas com transtornos mentais, tal adequação, com o objetivo de remanejar o atendimento emergencial até então realizado no Instituto Psiquiátrico Forense traz avanços na assistência à saúde mental das pessoas em conflito com a lei. O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo e Secretarias Estaduais e Municipal de Saúde em conjunto com a Superintendência dos Serviços Penitenciários e seu Departamento de Tratamento Penal, a 10ª Delegacia Penitenciária Regional e a Associação Hospitalar Vila Nova, com vistas ao melhor atendimento destas demandas, qualificou leitos para o recebimento de pacientes psiquiátricos oriundos das unidades prisionais do Estado onde a demanda para o serviço ainda não possui local adequado para seu atendimento. Anteriormente destinados exclusivamente ao acolhimento e tratamento de usuários de álcool e outras drogas motivados à desintoxicação em nível hospitalar, a Unidade 05 passou a contar em setembro de 2023 com vinte e um leitos de saúde mental, sendo um reservado para isolamento quando necessário. Além da qualificação de leitos, foi criado um espaço até então inexistente, para a oferta e desenvolvimento de diversas oficinas terapêuticas. Ainda dentro deste processo de qualificação do serviço de atendimento, foram organizados diversos encontros de capacitação dos pro-

¹Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Centro de Custódia Hospital Vila Nova; lartigauisadora@gmail.com.

²Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Divisão de Saúde do Departamento de Tratamento Penal; paula-goncalves@susepe.rs.gov.br.

³Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga; Departamento de Tratamento Penal; ri.leonardi@gmail.com.

⁴Policial Penal; 10ª Delegacia Penitenciária Regional; pattypicolotto@gmail.com.

⁵Policial Penal; f.spindola@gmail.com

fissionais envolvidos: gestão do centro de custódia hospitalar, policiais penais, enfermagem, psicologia, assistência social, higienização e nutrição. Estes encontros têm por objetivo alinhar procedimentos e humanizar o tratamento penal, bem como trabalhar o manejo adequado dos pacientes portadores de transtorno mental com a especificidade de estarem em cumprimento de pena, ou seja, em conflito com a lei. Esse conjunto de novas práticas e ações no âmbito da saúde mental no sistema penitenciário gaúcho ainda que consideravelmente recente, se configura em uma nova possibilidade de tratamento penal para pessoas presas com transtornos mentais graves.

COSTURARIA DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE RIO GRANDE

Letícia Pacheco Ianzer¹
Francine Nunes Müller²
Sheila Dias³
Daniela Scheunemann Brito⁴
Fábio Könzgen Mello da Silva⁵
Michele da Rosa Alves⁶
Sandra Ferreira⁷
Beatriz Reis Gaspar⁸

A Penitenciária Estadual de Rio Grande é uma unidade prisional mista que possui aproximadamente 800 presos cumprindo pena privativa de liberdade e prisões cautelares. Quanto aos presos condenados, o estabelecimento atende somente àqueles do regime fechado, fator limitante da possibilidade de atividade laboral visto que estas devem ser desenvolvidas no ambiente intramuros. Atualmente, cerca de 30% dos presos estão inseridos em atividades laborais, de acordo com o INFOPEN. As práticas de costura surgem como uma alternativa viável a implementação do trabalho e da qualificação profissional no espaço intramuros, por isso foram criadas oficinas voltadas para aprendizado e produção de peças. O trabalho envolve 06 mulheres e 08 homens presos, separados em duas oficinas, por gênero. O maquinário de costura foi cedido pelo Departamento Penitenciário Nacional através do Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes, o qual atuou nas Unidades Prisionais nos estados e no Distrito Federal entre os anos de 2012 a 2021 sendo considerado pelo Poder Executivo uma estratégia para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, instituída pelo Decreto 9.450/2018. Os presos, através dessas atividades, têm direito a remição da pena nos termos da Lei de Execução Penal. A ação tem correlação com ações sociais que geram impacto positivo no município de Rio Grande. O estabelecimento penal firmou parcerias para realizar produções resultando na confecção de roupas de bebê e de doze almofadas para amamentação que foram doadas à UTI neonatal do Hospital da Fundação Universidade Federal de Rio Grande e 45 sacos de dormir para pessoas em situação de

¹ Técnica Superior Penitenciária - Psicóloga, Penitenciária Estadual de Rio Grande, leticia-ianzer@susepe.rs.gov.br

² Técnica Superior Penitenciária - Advogada, Penitenciária Estadual de Rio Grande, francine-muller@susepe.rs.gov.br

³ Policial Penal, Penitenciária Estadual de Rio Grande sheila-dias@susepe.rs.gov.br

⁴ Policial Penal, Penitenciária Estadual de Rio Grande, perg-direcao@susepe.rs.gov.br

⁵ Policial Penal, Penitenciária Estadual de Rio Grande, perg-direcao@susepe.rs.gov.br

⁶ Policial Penal, Penitenciária Estadual de Rio Grande, michele-alves@susepe.rs.gov.br

⁷ Técnica Superior Penitenciária - Nutricionista, Penitenciária Estadual de Rio Grande, sandra-ferreira@susepe.rs.gov.br

⁸ Técnica Superior Penitenciária - Assistente social, Penitenciária Estadual de Rio Grande, beatriz-gaspar@susepe.rs.gov.br

rua através da soma de esforços da UNIMED/Litoral Sul, Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social, Defesa Civil e Praça Shopping. Além das peças citadas, a oficina masculina ainda produz os uniformes de trabalho dos presos inseridos em ligas laborais. Já a oficina feminina utiliza como matéria-prima tecidos doados pela comunidade a partir dos quais produz roupas para doar para seus familiares. Uma professora voluntária atua ensinando as técnicas de costuraria às mulheres. As oficinas de costura atingem o objetivo do trabalho prisional no sentido da finalidade educativa e produtiva prevista na Lei de Execução Penal e além disso proporcionam impacto social, a exemplo do imensurável auxílio que os sacos de dormir causaram à população desabrigada em virtude das chuvas acima da média que assolaram nosso Estado.

O TRABALHO PRISIONAL COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Matheus de Moraes Carvalho¹
João Paulo Gelain Cichelero²
Janaína Fortuna³
Lenir Terezinha Melara Nunes⁴
Gustavo da Silva Palm⁵

O presente resumo descreve uma das iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Gestão Prisional (PGP), implementado no Presídio Estadual de Lagoa Vermelha. O programa propôs uma forma inovadora de captação de recursos junto aos municípios da região, para melhor atuação do sistema prisional, gerando maior controle e segurança à comunidade; garantido a humanização da pena; e promovendo a ressocialização pelas atividades laborais, ensino, atenção à saúde e reintegração social. No que tange ao trabalho prisional, esta etapa foi desenvolvida pelo Escritório Escola da Faculdade de Engenharia Civil da UPF e a Empresa Jovens Talentos Empreendedores da FEAC – UPF, a partir da iniciativa do Poder Público do município de Lagoa Vermelha – RS, objeto do contrato administrativo no. 142/2017, com concessão de uso devidamente autorizada para a SSPS/SUSEPE, tendo como escopo principal a elaboração de uma proposta de projeto para um sistema produtivo voltado à fabricação de blocos de blocos intertravados em concreto para uso na pavimentação de vias urbanas. Objetivo: a Implantação pavilhões de sistema de produção de blocos intertravados em concreto para pavimentação em estabelecimentos prisionais. Público-alvo: Apenados do estabelecimento penal do Presídio Estadual de Lagoa Vermelha e comunidade local e regional da Região Nordeste/RS. Métodos: O estudo é importante destacar que ao se elaborar a análise econômica do projeto, somente os fatores conversíveis em dinheiro devem ser considerados. Um investimento pode ter repercussões que não sejam ponderáveis, a exemplo da geração de emprego e renda ou como no caso da iniciativa pública os benefícios trazidos à comunidade e ao sistema público como um todo. Dessa forma é conveniente uma análise os seguintes aspectos: a) Formas jurídicas para aplicação dos processos de compra e venda de insumos; b) Estudo das normas legais e jurídicas, para formatação e implementação; c) Se a viabilidade de funcionamento será via: PAC, consórcio, Fundo Rotativo, Sociedade Civil Organizada e/ou Iniciativa Privada. E ao

¹ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; matheus-carvalho@susepe.rs.gov.br

² Policial Penal; Presídio Estadual de Sarandi; joao-cichelero@susepe.rs.gov.br

³ Policial Penal; Presídio Estadual de Lagoa Vermelha; janaina-fortuna@susepe.rs.gov.br

⁴ Policial Penal Administrativa; Presídio Estadual de Lagoa Vermelha; lenir-nunes@susepe.rs.gov.br

⁵ Policial Penal; Presídio Estadual de Iraí; gustavo-palm@susepe.rs.gov.br

tratarmos do produto a ser realizado, há de se ter a compreensão dele. O paver é uma peça modular de concreto, a qual pode ter diversas formas e cores. Também é conhecido como piso ou pavimento. Resultados: A compreensão de uma gestão prisional como uma gestão voltada para a garantia de direitos e pertencente a um conjunto mais amplo de políticas, cuja finalidade principal seja a promoção do desenvolvimento humano e social, exige, portanto, ao estabelecimento prisional uma gama de desenhos metodológicos e de arranjos institucionais que garantam a efetiva implantação de seus princípios em práticas cotidianas, mobilizando os diferentes atores e garantindo o desenvolvimento de uma democracia substantiva, que reconheça e assegure a participação de todas as pessoas, mesmo aquelas privadas de liberdade, na construção de um sentido amplo de cidadania. O Programa também procurou estar atento aos princípios da transversalidade e da intersetorialidade, principalmente em suas formas de articulação multinível. O conceito de transversalidade deriva da percepção de que uma série de questões sociais contemporâneas (tipicamente as associadas a violações de direitos humanos ou à atenção a grupos populacionais específicos) são necessariamente multifacetadas, entrelaçando, por exemplo, aspectos relativos à educação, cuidado à saúde, ação policial ou provisão de assistência social e jurídica, entre vários outros. Destaca-se que a partir da articulação junto aos municípios que destinavam apenados ao PELV, por meio do PGP, resultou em um fomento financeiro suficiente para a implementação do projeto exposto, entretanto, questões que implicaram em ruídos e vieses, imbricando diretamente na implementação da prática. Conclusão: O PGP além de ter sido um marco na questão de ter sido pioneiro na forma de captação de recursos para a atuação do sistema prisional, evidenciando a possibilidade da gestão compartilhada dessa questão tão complexa para o Estado. Aponta como inovações: a instituição de esferas de interlocução e produção de vínculos com a sociedade, buscando romper com a perspectiva de isolamento que tradicionalmente se buscou atribuir ao sistema prisional em relação a comunidade. Os resultados indicam que, em um modelo de gestão que obteve êxito, porém necessita de correções na sua forma de articulação e implementação em âmbito intersetorial, pois, a intersetorialidade é um produto de interações cotidianas e estratégias de coordenação construídas entre diferentes escalões da burocracia e entre atores estatais e não estatais, em distintos arranjos de implementação.

PEERE ARTE PELA LIBERDADE - ECOBAGS CONFECCIONADAS EM LONA VINÍLICA

Chaiana Luciana Mario¹
Clayton Beckenkamp²
Matheus de Moraes Carvalho³
Rejane Lazzarotto⁴
Tavani Mariano Barcarolo⁵
Solange Bazzan Fuzinato⁶
Fernanda Steinbrenner⁷
Tamyris Pereira de Campos⁸
Vagner Goettens⁹

O projeto PEERE Arte pela Liberdade, que teve sua origem no Presídio Estadual de Júlio De Castilhos, é desenvolvido no Presídio Estadual de Erechim, com mulheres privadas de liberdade, desde o ano de 2021, sendo um exemplo de trabalho prisional que reflete seus resultados para a sociedade, por meio da preservação do meio ambiente, da sustentabilidade e reutilização de materiais não recicláveis. As Ecobags, ou bolsas ecológicas, são confeccionadas através de banners de lona vinílica, material esse, não reciclável e de difícil descarte, recolhidos na comunidade local, universidades e empresas do ramo publicitário. O projeto teve auxílio do Conselho da Comunidade da Comarca de Erechim, para a aquisição de verbas e compra da máquina de costura, e aviamentos iniciais necessários. As Bolsas são comercializadas com auxílio de voluntários da comunidade local, sendo o valor revertido para a compra de novos aviamentos. Para além da remição de pena percebe-se que a produção das ecobags auxilia na expressão da criatividade e subjetividade das mulheres envolvidas na produção. Em dois anos de PEERE Arte pela Liberdade, foram comercializadas cerca de 460 ecobags, reutilizando mais de mil banners de lona vinílica, auxiliando na preservação ambiental no aumento da autoestima das mulheres envolvidas no projeto, sentimento de valorização profissional e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Objetivo: Promover a reinserção social e a ressocialização de mulheres privadas de liberdade no Presídio Estadual de Erechim, no Rio Grande do Sul,

¹ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; chaianamario@susepe.rs.gov.br

² Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; clayton-beckenkamp@susepe.rs.gov.br

³ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; matheus-carvalho@susepe.rs.gov.br

⁴ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; rejanelazzarotto@susepe.rs.gov.br

⁵ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; tavanibarcarolo@susepe.rs.gov.br

⁶ Técnica Superior Penitenciário; Presídio Estadual de Erechim; solange-livi@susepe.rs.gov.br

⁷ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; fernanda-steinbrenner@susepe.rs.gov.br

⁸ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; tamyris-campos@susepe.rs.gov.br

⁹ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; vagner-goettens@susepe.rs.gov.br

por meio do projeto “Peere Arte pela Liberdade”, utilizando a confecção de ecobags a partir de banners de lona vinílica como ferramenta de capacitação profissional, sustentabilidade ambiental, e valorização pessoal e profissional. Público alvo do projeto “Peere Arte pela Liberdade” no Presídio Estadual de Erechim é composto por mulheres privadas de liberdade que se encontram sob custódia no referido estabelecimento penal. Esse grupo específico inclui: a) Mulheres condenadas em regime fechado; b) Mulheres presas provisórias. Metodologia: aplicada no projeto “Peere Arte pela Liberdade” no Presídio Estadual de Erechim é voltada para a capacitação, desenvolvimento pessoal e profissional, sustentabilidade ambiental e ressocialização das mulheres privadas de liberdade. Essa metodologia abrangente visa não apenas capacitar as participantes na produção de ecobags, mas também fornecer oportunidades de crescimento pessoal, conscientização ambiental e preparação para a reintegração na sociedade após o cumprimento da pena. Ela se baseia na ideia de que o trabalho prisional pode ser uma ferramenta eficaz para a ressocialização e a construção de um futuro mais positivo. Resultados: Os resultados do projeto “Peere Arte pela Liberdade” no Presídio Estadual de Erechim são evidenciados em diversas áreas, demonstrando o impacto positivo nas vidas das mulheres privadas de liberdade, na comunidade local e no meio ambiente. Em dois anos de existência, o projeto comercializou cerca de 460 ecobags, reutilizando mais de mil banners de lona vinílica. Isso demonstra a eficácia do projeto na produção e no impacto ambiental. Conclusões: O projeto “Peere Arte pela Liberdade” é um exemplo inspirador de como o sistema prisional pode ser um meio para a transformação positiva e a preparação eficaz para a reintegração bem-sucedida de mulheres privadas de liberdade na sociedade. Ao unir a capacitação profissional, a sustentabilidade e o fortalecimento pessoal, este projeto não apenas oferece segundas chances, mas também inspira uma mudança cultural fundamental em relação à ressocialização.

PROJETO ABRIGO AMIGO

Fernanda Steinbrenner¹
Carlos Henrique Santana Miorando²
Clayton Beckenkamp³
Tamyris Pereira de Campos⁴
Ramon Antônio Gnoatto⁵
Tiago Alan Cunha Nardino⁶
Matheus de Moraes Carvalho⁷
Henrique Murillo Teixeira⁸
Matheus Nascimento Dias Coffy⁹

A necessidade de desenvolver e implementar o projeto de construção de casinhas de abrigo para cães e gatos em Erechim emerge de uma convergência de fatores intrincados que demandam uma resposta eficaz e compassiva. Esta situação transcende o âmbito meramente sanitário, uma vez que implica riscos substanciais de propagação de doenças e desequilíbrio ambiental. Ela também se desdobra em uma questão social complexa, dada a exposição desses animais a condições de vida precárias e a frequentes atos de maus-tratos e negligência. A evolução das perspectivas socioculturais sobre os direitos dos animais nas últimas décadas apresenta um marco fundamental nesse contexto. A sociedade contemporânea reconhece cada vez mais os animais como seres detentores de direitos intrínsecos que merecem respeito e consideração. Essa transformação ética e cultural impõe a necessidade premente de uma ação prática e efetiva para aprimorar as condições de vida dos animais abandonados, em conformidade com essa nova ética. A parceria estratégica estabelecida com o Curso de Arquitetura e Urbanismo da URI Campus Erechim e o Presídio Estadual de Erechim confere um alicerce sólido ao projeto. A colaboração com acadêmicos permite a concepção de projetos arquitetônicos eficientes e meticulosamente planejados para as casinhas de abrigo, assegurando que essas estruturas atendam de forma adequada às necessidades dos animais e se integrem harmoniosamente ao ambiente urbano. Este aspecto contribui de maneira significativa para a ressocialização dos detentos, reduzindo as taxas de reincidência criminal e promovendo a sua

¹ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; fernanda-steinbrenner@susepe.rs.gov.br

² Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; carlos-miorando@susepe.rs.gov.br

³ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; clayton-beckenkamp@susepe.rs.gov.br

⁴ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; tamyris-campos@susepe.rs.gov.br

⁵ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; ramon-gnoatto@susepe.rs.gov.br

⁶ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; tiago-nardino@susepe.rs.gov.br

⁷ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; matheus-carvalho@susepe.rs.gov.br

⁸ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; henrique-teixeira@susepe.rs.gov.br

⁹ Policial Penal; Presídio Estadual de Erechim; matheus-coffy@susepe.rs.gov.br

reinserção produtiva na sociedade. Por último, mas não menos importante, a sustentabilidade do projeto é um pilar essencial. A perspectiva de venda futura das casinhas a um valor simbólico representa uma estratégia financeira inteligente. Esses recursos contínuos garantirão a capacidade de financiar iniciativas relacionadas ao bem-estar dos animais, como castrações, cuidados médicos e vacinações. Objetivo Geral: Desenvolver e implementar um projeto de construção de casinhas de abrigo para cães e gatos em Erechim, visando à melhoria das condições de vida e bem-estar desses animais abandonados, bem como à promoção de uma mudança cultural em relação aos direitos dos animais na comunidade. Público-alvo: Animais resgatados em situação de abandono, maustratos, negligência, em lares temporários ou animais comunitários que necessitem de abrigo/casas. De maneira ampla, o Projeto atinge a toda a Comunidade Erechinense uma vez que, a causa animal é de interesse público. Métodos: A implementação de um projeto de construção de casinhas de abrigo para cães e gatos em Erechim requer métodos eficazes e bem estruturados para alcançar os objetivos propostos. Abaixo, descrevemos os métodos que podem ser adotados: 1) Identificação de Locais Estratégicos; 2) Projeto Arquitetônico; 3) Construção das Casinhas; 4) Campanhas de Sensibilização; 5) Sustentabilidade Financeira; 6) Parcerias Institucionais; Resultados: Os resultados do projeto de construção de casinhas de abrigo para cães e gatos em Erechim são diversos e podem ser avaliados de acordo com os seguintes indicadores: a) Melhoria das Condições de Vida dos Animais; b) Mudança nas Atitudes da Comunidade; c) Resocialização de Detentos. Conclusões: As conclusões deste projeto de construção de casinhas de abrigo para cães e gatos em Erechim são altamente promissoras e evidenciam um impacto significativo em diversas áreas. Ao longo da implementação deste projeto, várias metas foram alcançadas, e os resultados obtidos indicam um progresso notável nas iniciativas relacionadas ao bem-estar animal e à conscientização da comunidade.

ÍNDICE DE RESUMOS

| | | |
|--|--|-----------|
| A | | |
| A EDUCAÇÃO PRISIONAL: SOB AS LENTES DO CONHECIMENTO, IDENTIDADE E CULTURA DA MULHER RECLUSA | | 23 |
| A VIDA DO PSICANALISTA NÃO É COR DE ROSA: ESTUDOS DE CASOS CLÍNICOS DE ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS NO SISTEMA PRISIONAL | | 41 |
| ASAS À LEITURA: A LEITURA COMO FORMA DE CONHECIMENTO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE | | 25 |
| C | | |
| CAPACITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE | | 12 |
| CENTRO DE CUSTÓDIA HOSPITAL VILA NOVA: RELATO DE CASO DAS NOVAS ADEQUAÇÕES PARA ATENDIMENTO PSIQUIÁTRICO | | 43 |
| CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ, COM PRIVADOS DE LIBERDADE. PROMOVENDO A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA | | 27 |
| CÍRCULOS DE PREPARAÇÃO PARA LIBERDADE NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO | | 14 |
| COSTURARIA DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE RIO GRANDE | | 45 |
| D | | |
| DE MULHER PARA MULHER: MODELO ARQUITETÔNICO DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO A PARTIR DA REALIDADE DA 2ª REGIÃO PENITENCIÁRIA | | 9 |
| E | | |
| EFETIVIDADE DO HABEAS CORPUS COLETIVO N.º 143.641/SP NA PENITENCIÁRIA DE RIO GRANDE | | 20 |
| ENSINO PROFISSIONAL NO CÁRCERE: UMA PERSPECTIVA FEMININA | | 29 |
| I | | |
| INFORMATIVO "NOTÍCIAS LÁ DA RUA" | | 16 |
| J | | |
| JORNADAS DO PRESO NO PRESÍDIO ESTADUAL DE SANTO CRISTO | | 22 |
| L | | |
| LEITORES APRISIONADOS: ENTRE A PRIVAÇÃO DO CORPO E A LIBERTAÇÃO DA ALMA | | 31 |

| | |
|--|----|
| LENDO PARA A LIBERDADE. A REMIÇÃO PELA LEITURA NO PRESÍDIO ESTADUAL DE CAMAQUÃ-RS | 33 |
| N | |
| NEEJA – RENASCER | 35 |
| O | |
| O TRABALHO PRISIONAL COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA | 47 |
| P | |
| PEERE ARTE PELA LIBERDADE - ECOBAGS CONFECCIONADAS EM LONA VINÍLICA | 49 |
| PROJETO ABRIGO AMIGO | 51 |
| PROJETO APROXIMAR: FORTALECENDO VÍNCULOS ENTRE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE E FILHOS INSTITUCIONALIZADOS | 10 |
| PROJETO ENTRELINHAS: INCLUINDO MULHERES NÃO ALFABETIZADAS NA REMIÇÃO PELA LEITURA | 37 |
| R | |
| RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE PRÁTICAS COLETIVAS DE LEITURA NO INSTITUTO PENAL DE MONTENEGRO | 39 |
| S | |
| SAÚDE MENTAL E PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO | 18 |

ÍNDICE DE AUTORAS E AUTORES DE RESUMOS

A

Alessandra Bernardi da Silva - 12; 18
Amanda Fonseca de Albuquerque - 25
Asta Conceição da Oliveira Motta - 39

B

Beatriz Reis Gaspar - 20; 45

C

Camila Silva da Costa - 25
Carla Priscilla Castro Sousa - 10; 37
Carlos Henrique Santana Miorando - 51
Chaiana Luciana Mario - 35; 49
Clarice Angélica Machado - 39
Clayton Beckenkamp - 35; 49; 51
Cleudson Teixeira Vinhas - 25
Cleusa Maria de Farias Rodrigues - 33

D

Daniela Scheunemann Brito - 45
Dulciana Caroline Araújo - 10; 37

F

Fábio Könzgen Mello da Silva - 45
Fernanda da Silva Spíndola - 29; 43
Fernanda Steinbrenner - 35; 49; 51
Francine Nunes Müller - 20; 45

G

Gabriel Marcelo Moresco - 16
Gustavo da Silva Palm - 47

H

Henrique Murillo Teixeira - 51
Hingrid da Silva Peres - 33

I

Iana Patrícia Pandolfo - 14; 22
Isadora Klejner Lartigau - 43
Itamar Luís Hammes - 29

J

Janaína Fortuna - 47
Janice Quinzen Willrich - 23
Jerônimo Martins da Silveira - 39
João Paulo Gelain Cichelero - 47
Juniélen Costa Veleda Gomes - 23

K

Karine Müller Dutra - 14
Kenian Idamires Dietrich Trindade - 33

L

Lenir Terezinha Melara Nunes - 47
Letícia Pacheco Ianzer - 45
Letícia Pinho de Freitas - 25
Lilian Signorini Lafuente - 31; 33
Luciane Figueiredo Centeno - 27; 33

M

Magnalda da Silva Maia - 33
Mareli Schwanck Schardosin - 25
Mariana Silva de Freitas - 9
Matheus de Moraes Carvalho - 35; 47; 49; 51
Matheus Nascimento Dias Coffy - 51
Michele da Rosa Alves - 45
Mônica Marluzi Pereira de Cunha - 12; 18

P

Patricia Picolotto Rodrigues - 43
Paula Carvalho Gonçalves - 43

R

Ramon Antônio Gnoatto - 51

Raquel Maia Borges - 25

Rejane Lazzarotto - 35; 49

Rita Graciele Leonardi - 43

Rochele da Silva Santaiana - 23

Roger Lopes da Veiga - 10; 37

Roscielen Moreira de Moraes - 37

S

Sandra Ferreira - 45

Sheila Dias - 45

Shirlei Sztormowski - 14

Silvana Aparecida Desordi - 41

Solange Bazzan Fuzinato - 35; 49

Suzana Miranda de Alencastro - 33

T

Tamyris Pereira de Campos - 35; 49; 51

Tavani Mariano Barcarolo - 35; 49

Tiago Alan Cunha Nardino - 51

V

Vagner Goettens - 35; 49

